

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O ESTUDO GEOGRÁFICO DE UMA CIDADE

Gisela Copstein

Boletim Gaúcho de Geografia, 15: 33-38, ago., 1987.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37970/24465>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1987

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O ESTUDO GEOGRÁFICO DE UMA CIDADE *

Gisela Copstein **

O processo de urbanização verificado em nível mundial é irreversível. Nascido com a Revolução Industrial, estabilizou-se nos países industrializados. Atualmente segue em ritmo acelerado nas nações em que ocorre a migração do rural para a cidade em busca de oportunidades de emprego nos setores terciário e secundário.

No Brasil a porcentagem de distribuição populacional em áreas urbanas e rurais modificou-se sensivelmente no último meio século. País eminentemente rural, em 1940, alojava então apenas 31,24% da sua gente nas cidades. O último recenseamento (1980) revelou uma situação completamente diversa. As áreas urbanas acolhiam 67,57% dos residentes em território nacional. O aumento populacional naquelas áreas refletiu não só o crescimento natural mas também a concentração dos migrantes em grandes metrópoles e capitais regionais e o surgimento e evolução de inúmeras cidades de médio e pequeno porte.

A necessidade de esquematização dos problemas decorrentes da transformação maciça verificada nas cidades do espaço brasileiro gerou estudos geográficos e de planejamento urbano. No âmbito da Geografia, as análises urbanas dominaram a temática das décadas de 1960 e 1970. A lei nº 6664 de 1977 que regulou a profissão de geógrafo confirmou essa tendência profissional ao declarar que o mesmo *"atuará no estudo e planejamento das bases físicas e geoeconômicas dos núcleos urbanos e rurais"*.

* A autora agradece as críticas e sugestões dos professores Nelson Rego e Rosa Maria V. Medeiros.

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFRGS, Mestre em Geografia.

A Geografia Urbana com uma perspectiva social

Analisando-se a atribuição legal, sem entrar nos problemas de competência e mercado de trabalho que levaram a sua formulação, salienta-se a existência de grave limitação conceitual quando destina o geógrafo a atuação no físico e geoeconômico, excluindo-o do social.

A Geografia Clássica Francesa, que marcou profundamente os estudos geográficos no Brasil, nos legou uma Geografia Urbana onde os homens eram vistos através de sua distribuição, volume, crescimento e não em e como sociedade.

PIERRE MOMBEIG (1957, p.34-36) dizia que para o geógrafo ... *"a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano"* ... *"será preciso estudar, então, não somente os elementos do quadro natural, mas também a massa humana, seu volume, sua composição, sua localização no passado e no presente"*... *"as variações de volume e de distribuição da população correspondem a impulsos de crescimento e épocas de estagnação da cidade sobre o terreno; tais variações têm acarretado modificações do cenário urbano"*. Ainda acrescentava (1957, p.49) que as classes sociais e as profissões *"são fatos sociais que o geógrafo não sabe e não precisa estudar, mas sua distribuição é um fato de ocupação do solo e traduz-se por matizes do cenário urbano"*. Dessa orientação resultaram as plantas de uso do solo urbano e a análise funcional das cidades. Identificavam-se os diversos espaços urbanos por suas funções e tipo de moradores quanto à profissão e renda mas não se analisava o processo de apropriação do solo, as interrelações dos moradores entre si e a distribuição das atividades econômicas. Na orientação de MOMBEIG sentia-se a preocupação com as formas espaciais e não com os processos.

A forma, porém, não exclui o processo, resulta dele e com ele evolui. *"A distinção entre processos sociais e forma espacial é sempre considerada mais como artificial do que real;... os processos sociais são espaciais"* (HARVEY, 1980, p.23) OLIVEIRA, A.U. In: MOREIRA, R. (1982, p.143-144) lembra que *"a forma é*

a estrutura, a organização do conteúdo e não algo externo em relação ao conteúdo mas intrinsecamente inerente a ele".

A análise geográfica da organização do espaço urbano inclui os processos sociais que interferem na sua formação.

A Geografia Urbana e a Natureza

O estudo geográfico da sociedade urbana, entretanto, não deve e nem pode ser reduzido apenas à análise do social. É preciso conhecer além da estrutura de classes, estado sanitário, educação, lazer, estrutura de poder, o espaço físico em que vive essa sociedade. Por sua vez, o espaço físico não pode ser limitado à condição de apenas receptáculo de uma organização social. A natureza e a sociedade interagem e produzem uma unidade que é a forma geográfica. O riacho poluído que atravessa o bairro não deve ser visto apenas como um curso de água com determinado percurso, vazão, regime. Suas características profundamente alteradas pelo afluxo de sedimentos, esgotos, canalizações parciais ou totais, impermeabilização do solo urbano são fatos resultantes da ação da sociedade. As condições sócio-econômicas também influirão no estado do riacho. Em áreas pobres, sem infraestrutura, o lixo possivelmente será lançado diretamente em seu leito para onde, também, correrão as águas servidas dos casebres sem instalações sanitárias. Dependerá das condições de educação, por um lado, e do poder de organização política da comunidade, por outro, melhorar suas condições naturais.

As Perspectivas de Análise na Geografia Urbana

Não se pode conceber uma Geografia de fenômenos isolados, estanques. A sua tarefa é estudar partes de espaço geográfico com maior ou menor amplitude. Cada parte ou lugar é constituído de uma infinidade de fatos e processos. Por onde começar o es

tudo? O que excluir?

Para a Geografia é válido o mesmo que Pierre Vilar (CAR DOSO, 1979, p.14) diz sobre a História: História não consiste na tarefa impossível de "*dizer tudo sobre tudo*", mas somente em dizer "*aquilo de que a totalidade depende e aquilo que depende da totalidade*". O pesquisador deverá fazer uma seleção de variáveis e o valor delas dependerá dos seus desempenhos no espaço analisado.

O geógrafo urbano seleciona as variáveis, seja de natureza física, histórica, econômica, social, cultural que numa determinada óptica de análise lhe permita concluir sobre o fenômeno enfocado.

Basicamente a análise dos fenômenos urbanos tem sido feita do ponto de vista econômico sob duas perspectivas teóricas radicalmente opostas (GRANELLE, Jean Jacques citado por OLIVA, Y. C.C., 1982, p.72):

1. a análise neopositivista que parte da utilidade dos bens para cada consumidor para explicar o funcionamento da economia capitalista; o valor é determinado pelo comportamento subjetivo do consumidor pois é dado pela necessidade do indivíduo;

2. a análise marxista que parte das condições técnicas e sociais de produção de bens materiais na sociedade capitalista para explicar o mecanismo de formação de preços; o valor decorre do trabalho investido na produção do bem; é o valor do produto social; dito de outra forma, o valor do produto social resulta de um determinado tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de certa quantidade de mercadorias que devem satisfazer as necessidades humanas.

Ambas posturas teóricas têm condições de explicar parcialmente a organização do espaço geográfico urbano. No caso de uma análise teórico-quantitativa, neopositivista, serão examinados os pontos ótimos de localização para cada uso do solo urbano, seja para atividades, seja para moradores. Essa análise entretan

to, não leva em consideração, por exemplo, que os habitantes urbanos não decidem sozinhos onde morar, onde se abastecer, onde procurar o lazer. (OLIVA, Y.C.C., 1982, p.66-71). Pressões externas como a distribuição de renda, o financiamento da casa, o custo de transporte, a legislação de uso do solo, a oferta de mercadorias condicionada ao preço, o levam a não ser livre nas suas escolhas e anseios. Por outro lado, a análise marxista busca explicar como o espaço urbano se organiza no contexto de uma formação econômico-social, como resultado das determinações geradas pela estrutura capitalista de produção. Assim diversos fatores como os apontados acima são objetivo de análise.

Entretanto, como a teoria marxista trata dos fenômenos no contexto da formação econômico-social, o geógrafo urbano se depara, com fatores locais que condicionam fenômenos específicos de localização geográfica que não são explicados diretamente pela teoria maior. Exemplificando, a abertura de uma rua num loteamento é exigida pela administração pública porque beneficiará os futuros moradores. O loteador se nega a efetivar a obra afirmando que a exigência é inviável economicamente porque seu custo será igual ao da venda, a preço de mercado, dos lotes de terra que virá atender, anulando desta forma o lucro. O traçado da rua, além disso, corresponde ao canal de escoamento de uma vertente. Efetivando-se sua abertura, serão previsíveis os futuros problemas de erosão gerados pelo escoamento natural. Esses problemas específicos da instalação da infraestrutura e das condições do sítio urbano na escala local, não dependem diretamente das características da estrutura econômico-social, apesar do papel decisivo, no exemplo, da formação do lucro. As condições locais são analisadas noutra perspectiva.

Considerações Finais

A cidade pela sua importância no espaço mundial é cada vez mais preocupação do geógrafo que necessita ferramentas específicas para estudá-la.

Houve uma evolução no sentido de uma Geografia Urbana com preocupações sociais, no momento em que se buscou ver o cidadão não mais como um elemento apenas localizado no espaço urbano mas como o produtor desse espaço e seu principal usuário. O espaço urbano é produzido pela e para a sociedade. Outra perspectiva que evoluiu foi a forma com que os aspectos físicos são encarados no estudo da cidade. A natureza é um dos componentes do espaço profundamente retrabalhado pela sociedade e deve ser respeitada ao máximo em seu equilíbrio original.

A busca de um método de estudo da cidade nos obriga, pela sua complexidade, a uma seleção de variáveis. Essa está condicionada a perspectiva teórica. Todas as perspectivas conduzem a uma explicação incompleta da cidade, acentuada pelo detalhismo da escala local de análise, dificultando a formulação de uma política integrada e completa para a urbe.

Os homens, as atividades, a infraestrutura, os equipamentos, o sítio urbano, como explicar suas distribuições e como decidir sobre as mesmas?

BIBLIOGRAFIA

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980.

OLIVA, Yara Cunha. Sobre as teorias econômicas do valor do solo urbano. In: *Sínteses 2*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Urbanismo, maio de 1982.

MONBEIG, Pierre. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1957.